

ATA DA 47ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE PARTICIPAÇÃO, DIÁLOGO E CONTROLE SOCIAL - CT-PDCS/CIF

Nos dias vinte e sete e vinte e oito de maio de dois mil e vinte e um, na sala virtual - via Google Meet, foi realizada a **47ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Participação, Diálogo e Controle Social/CT-PDCS**, constituída no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos os Acordos referentes ao desastre da barragem da Samarco, em Mariana/MG. As reuniões - preparatória e pública, tiveram pautas distintas, seguindo abaixo os registros da reunião pública.

1) Apresentação e manifestações dos participantes.

Participantes da reunião preparatória à 47ª Reunião Ordinária da CT-PDCS - Dia: 27/05/21 - Horário: 13h49 às 16h30.

Claryssa Almeida (SEDESE), Gabriela Artiles (FGV/MPF), Haydee Frota (FGV/MPF), Ivaneia Borges (Comunidade Quilombola Degredo), Joana Nabuco (FGV/MPF), João Luiz Paste (IJSN), José Augusto Gomes (SETADES), Luciana Souza de Oliveira (Comissão de Atingidos de Regência), Marta Zorzal (UFES), Milena Paraíso (SEAMA), Rafael Mantarro (FGV/MPF), Soraya Benetti (FLACSO), Taís Santos (ATI ASPERQD), Tatiana Tatagiba (SETADES) e Verônica Coutinho (SEGOV/MG).

Participantes da 47ª Reunião Ordinária Pública da CT-PDCS - Dia: 28/05/21 - Horário: 13h40 às 18h50.

Ana Carolina Maciel (Renova), Carlos Alberto (Renova), Carlos Cenachi (Renova), Carolina Berg (EY), Chander de Freitas (AGERH), Claryssa Almeida (SEDESE), Daniel Perini (Renova), Delano Goulart (Renova), Gabriela Artiles (FGV/MPF), Guilherme Silveira (Renova), Haydee Frota (FGV/MPF), Hélcio Borges (Renova), Lara Morena (Renova), Isabella Peixoto (Renova), Ivaneia Borges (Comunidade Quilombola Degredo), Joana Nabuco (FGV/MPF), João Luiz Paste (IJSN), João Sales (Renova), José Augusto Gomes (SETADES), Juliana Pinto (Renova), Kíria Ribeiro (Renova), Leonardo Mansur (Renova), Luciana Souza de Oliveira (Comissão de Atingidos de Regência), Luiza Pedra (Renova), Margareth Coelho (SEAMA), Maria Luciana Gonçalves (Renova), Mariana Melo (Renova), Marta Zorzal (UFES), Mayume Osada (Renova), Milena Paraíso (SEAMA), Miriam Santos (FLACSO), Paula Vieira (Renova), Pauline Araújo (SEDESE), Pedro Strozenberg (Ouvidor), Rafael Mantarro (FGV/MPF), Simone Meira (Renova), Soraya Benetti (FLACSO), Taís Santos (ATI ASPERQD), Tatiana Tatagiba (SETADES) e Verônica Coutinho (SEGOV/MG).

Após a apresentação dos membros e participantes, o Sr. João Luiz Paste, coordenador interino da CT-PDCS, fez a leitura da pauta e iniciou o debate dos itens da reunião, conforme descritos a seguir:

2) Aprovação das Atas das Reuniões: 46ª RO, 4ª RE e 5ª RE da CT-PDCS.

Discussão	Após consulta aos membros da CT as atas foram aprovadas, conforme as minutas previamente distribuídas, sem objeção.
------------------	---

3) Atualização das informações quanto aos itens I, II, III, IV e V da Deliberação CIF nº 500, de 06/05/2021 (prazo de 20 dias para sanar descumprimento).

Discussão	Lara Morena apresentou uma planilha com as evidências de entregas dos itens da Deliberação CIF nº 437, no entendimento da FR. Dentre os pontos apresentados, Milena questionou a equipe da FR qual seria o prazo para a conclusão da adequação do projeto executivo do CIT de Regência. Lara afirmou que o prazo seria setembro. João Paste enfatizou que a Deliberação CIF nº 437, de 17 de setembro de 2020, foi construída em diálogo com a equipe da FR, do PG 35, incluindo os prazos estabelecidos, e que esses prazos foram ampliados, a pedido de Carlos Cenachi, durante a reunião do CIF; que os prazos estabelecidos não eram curtos, claramente executáveis pela FR; que a apresentação do orçamento detalhado, item J da deliberação, pressupunha o resgate dos gastos já realizados e que em nenhum momento isso foi explicitado, e que por ser um programa compensatório, deveria ter sido detalhado, para aprovação prévia do CIF, sob a pena do não reconhecimento de despesas anteriores; que
------------------	---

Discussão

o orçamento 2021, a proposta de revisão do programa e o BOE traziam valores divergentes. Com relação ao cronograma, João pontuou sobre as dissonâncias apresentadas quanto ao ano de encerramento do programa, relativo ao escopo do programa aprovado pelo CIF. Reiterou que os itens a, b e c, da Deliberação CIF nº 437, não poderiam ser considerados atendidos, pois a entrega de documentos sobre as negociações não foi feita, e os projetos executivos dos espaços fixos do CIT não foram apresentados à CT. João registrou ser significativa a presença da governança na reunião da CT, na pessoa de Carlos Cenachi, indicando empenho na busca de soluções, ao mesmo tempo que permite a percepção de quanto esses pontos angustiam a CT e ao CIF. João compartilhou sobre e-mail que o ICMBio enviou à FR solicitando agendamento de reunião para tratativas relativas ao CIT de Regência, ainda sem retorno. Detalhou que a Deliberação CIF nº 229 estabeleceu 90 dias para que a FR apresentasse a revisão do projeto conceitual do CIT de Mariana e que esse documento ainda não foi recebido na CT. Salientou que as evidências de entrega apresentadas são de abril de 2021, posteriores ao envio da NT nº 27 ao CIF. João pontuou que, após análise do documento que trata da aquisição da plataforma do repositório, no inventário a ser gerido pelo CIT é perceptível sua restrição a documentos técnicos produzidos pela FR; que a CT sempre reclamou, a partir do que está estabelecido no TTAC, que o inventário deve ser constituído por produções científicas, técnicas e culturais, garantindo toda a memória do evento, e que isso não foi demonstrado em nenhum documento recebido pela CT; que, numa análise minuciosa dos doze itens da Deliberação CIF nº 437, nenhum item poderia ser considerado atendido na integralidade. Em relação à Deliberação CIF nº 500, João sugeriu que a FR, caso entenda assim, remeta ao presidente do CIF uma solicitação de reconhecimento das dificuldades acerca das tratativas com os órgãos públicos, estabelecendo a real possibilidade de atendimento aos itens da Deliberação CIF nº 437. Delano Goulart mencionou sobre as dificuldades encontradas pela FR na instalação dos espaços fixos dos CIT e compartilhou que essas justificativas seriam apresentadas formalmente ao CIF na próxima semana, conforme prazo estabelecido na Deliberação CIF nº 500. Quanto ao uso de verba compensatória e à aprovação prévia do CIF, Carlos Cenachi mencionou que entendem que a FR teve a sinalização de aprovação, e que o próprio orçamento da FR é apresentado anualmente ao CIF, incorporando essa previsão; que a discussão de definição do programa deveria estar separada da discussão das entregas e da execução do programa; que reconhece que foi listado como item atendido, mas que na verdade ainda não tinham o projeto executivo referente aos espaços fixos do CIT; que não tinham como fazer essa entrega, pois não é uma responsabilidade única da FR e que dependiam da parceria com o outros órgãos públicos. Sobre a plataforma digital, Carlos Cenachi compartilhou que, no entendimento da FR, a entrega da solução foi feita, e que a plataforma está em fase de implementação. Carlos Cenachi disse ainda que a FR atendeu aquilo que foi possível, em relação a Deliberação CIF nº 437. Haydee Frota questionou se não havia a possibilidade da FR adquirir imóveis para os espaços fixos do CIT, tendo em vista que a relação de dependência com o poder público dificulta para própria FR a execução do projeto. Ana Carolina respondeu que fazia todo sentido sugestões como a de Haydee. João Paste expôs que reconhecia os esforços e as dificuldades da equipe do programa, mas que a CT continuaria se posicionando quanto ao não cumprimento dos itens, caso o CIF questionasse a CT; que existem várias soluções para encontrar os três espaços fixos para o CIT, conforme indicado por Haydee. Carlos Cenachi pontuou que a Deliberação CIF nº 500 iteniza cinco itens da Deliberação CIF nº 437 em descumprimento e não doze itens. João concordou que são cinco itens em descumprimento, descritos na deliberação, mas recapitulou os doze itens da deliberação anterior, indicando que a CT relevou demandas que não foram totalmente apresentadas pela FR. João destacou que a plataforma para a organização do inventário é fundamental, visto que avalia já haver perda de documentos produzidos no âmbito da reparação, pois o repositório deveria estar realizando a gestão desses documentos desde 2016, conforme o TTAC; que a FR apresentou efetivamente a descrição do processo para estruturar a plataforma e cuidar do inventário, ainda não existente, portanto o item não pode ser

<p>Discussão</p>	<p>considerado como cumprido. Carlos Cenachi disse que estava de acordo, mas que, ao levar essa discussão de descumprimento no âmbito do CIF, poderiam desencadear um processo de penalidade e um desgaste que não iria levar a lugar nenhum. Milena compartilhou sobre a importância da contribuição ativa na construção de alternativas para os entraves no processo, mas enfatizou que a CT deveria informar ao CIF quanto aos descumprimentos, pois poderia haver a necessidade de alteração do programa ou repactuação de cláusula, ações que a CT não tem competência para realizar.</p>
<p>4) Encaminhamentos da 46ª RO: E-46.1 - Apresentação de proposta de metodologia para oficinas de participação e controle social sobre a produção dos planos. E-46.2 - Atualização das tratativas internas e cronograma detalhado para as ações de estruturação de plataforma e da materialização dos Planos Territoriais, conforme NT nº 25/CT-PDCS. E-46.3 - Atualização das tratativas internas e cronograma detalhado com as ações de melhoria do Portal da Transparência, conforme NT nº 26/CT-PDCS. E-46.5- Dar retorno à CT-PDCS quanto aos custos incluídos no orçamento referentes à Casa do Jardim e quanto à divergência de valores apresentadas nos documentos enviados à CT. E-46.8- Atualização sobre andamento das providências e detalhamento, pela FR, dos itens da Deliberação CIF nº 437. E-46.9 - Atualizações da Ouvidoria. Encaminhamento da 4ª RE: E-4RE.1- Apresentação itenizada do orçamento 2021. Encaminhamento da 5ª RE: E-5RE.1- Apresentar os indicadores do PG 35.</p>	
<p>Discussão</p>	<p>Sobre o encaminhamento E-46.8- Atualização sobre andamento das providências e detalhamento, pela FR, dos itens da Deliberação CIF nº 437, Lara fez apresentação das evidências de alguns avanços, em arquivo PPT. Informou que diante da dificuldade das parcerias com os entes públicos identificados, a proposta da FR seria que os CIAs de Mariana, GV e Linhares pudessem acolher o espaço físico do CIT; que os CIAs estão trabalhando remotamente, tendo em vista a pandemia, e que assim que os trabalhos voltassem a ser presenciais, já havia a previsão para a instalação dos equipamentos audiovisuais e pontos de acesso ao repositório, nesses espaços físicos; que as equipes dos CIAs estão recebendo formação para as atividades de itinerância; que serão realizadas oficinas onde serão colhidas histórias e memórias das pessoas atingidas pelo rompimento. Ana Carolina disse que na próxima reunião apresentariam o cronograma dessas adequações. Milena perguntou se foi feita alguma avaliação do impacto gerado na estrutura dos CIAs com a inserção dos CITs, se existia um cronograma para essas adequações nos CIAs e <i>layouts</i>. Ana Carolina respondeu que foi pensada reforma, que não tinha essa previsão e que a equipe estava preocupada em dar acesso a população às produções que já estavam sendo catalogadas; que será apresentado na próxima RO a proposta de adequação e o <i>layout</i> dos CIAs. Haydee compartilhou sobre o cuidado com a acolhida dos atingidos para a coleta das histórias e memórias. João concordou com a fala de Haydee e solicitou que na próxima RO a FR apresente a descrição do processo de escuta aos atingidos. Lara mencionou que as narrativas não serão colhidas apenas nas oficinas e que terão um trabalho nos territórios com as lideranças e o apoio do PG 06. Carlos Alberto e Isabella Peixoto realizaram a apresentação em PPT das tratativas sobre o repositório, apresentando as fases do processo e o cronograma. Carlos Alberto destacou a articulação com o órgão colegiado de Curadoria para a definição de estratégias de envio dos conteúdos para o repositório, dentre as próximas ações. Lara informou que o material apresentado sobre o repositório seria enviado à CT, como também o documento sobre a curadoria, os indicadores e o BOE do PG 35. Em atendimento ao encaminhamento E-4RE.1- Apresentação itenizada do orçamento 2021, referente ao PG 35, Lara mencionou que enviariam o BOE atualizado e que oportunamente será compartilhado outro BOE no início de junho. Sobre o encaminhamento E-46.9 - Atualizações da Ouvidoria, Pedro Strozemberg realizou apresentação em PPT e contextualizou sobre os impactos da pandemia, da judicialização e os desafios da repactuação na perspectiva da participação social. Destacou que uma atuação apagada no apoio às comunidades por parte da FR em relação ao enfrentamento da pandemia, o cancelamento dos AFEs e o fechamento dos escritórios, gerando uma distância no diálogo, geraram frustrações nos atingidos, segundo as escutas e manifestações recebidas na Ouvidoria. Fez considerações acerca dos desafios do pós-pandemia. Expôs que o tema da indenização prevalece sobre o tema da repactuação, nos</p>

Discussão

encontros que tem participado. Partilhou sobre os processos de aprimoramento da Ouvidoria junto aos *experts* e as diretrizes de acompanhamento contínuo. Apresentou o panorama da Ouvidoria até abril de 2021, com o número das manifestações recebidas, das manifestações finalizadas e das manifestações em tratamento, e o indicador da proporção de respostas disponibilizadas no prazo. Pontuou sobre o indicador relacionado ao processo denominado Novel. Maria Luciana expôs que nesse mês tiveram 353 manifestações relacionadas ao Novel. Pedro destacou a diminuição da demanda por cadastro; que a demanda do PIM está estacionada; e que a prioridade da Ouvidoria está centrada em responder às demandas dos anos anteriores. Luciana Souza registrou que existe uma grande preocupação quanto ao Novel; que a nova política indenizatória foi implantada para beneficiar o atingido que possui dificuldade em comprovar ser atingido e os seus danos; que a FR estava entrando em contato com os pescadores de RGP, que possuem os seus direitos garantidos pela área de pesca, cobertos por uma deliberação, para que eles venham aderir ao Novel; que o PIM não tem tanta procura pois, infelizmente, tiveram a informação de que a FR iria cortar o cartão a qualquer momento; que os atingidos beneficiados pelo AFE, com direito ao lucro cessante, estão aderindo ao novo processo indenizatório, abrindo mão dos seus direitos, pois, no entendimento deles, precisam garantir minimamente algum direito sobre os danos que lhes foram causados; que é muito triste ver como a situação está convergindo para a retirada dos direitos dos atingidos; que a comissão se sente angustiada quando os atingidos não falam da situação da reparação como um todo, e que em todos os encontros é exposto que o caminho da reparação passa por 42 programas e principalmente pela reparação do Rio Doce; que não estão indo pelo caminho da Ouvidoria, pois estão sendo atendidos pelos responsáveis dos programas; que os atingidos precisam ter a sensibilidade de que são 42 programas, mas que esses programas precisam sair do papel e garantir de fato uma reparação homogênea. Haydee compartilhou sobre os atingidos não estarem sendo assistidos por Assessorias Técnicas e por comissões ao longo de toda a bacia. Sobre os encaminhamentos **E-46.2 - Atualização das tratativas internas e cronograma detalhado para as ações de estruturação de plataforma e da materialização dos Planos Territoriais, conforme NT nº 25/CT-PDCS** e **E-46.3 - Atualização das tratativas internas e cronograma detalhado com as ações de melhoria do Portal da Transparência, conforme NT nº 26/CT-PDCS**, Leonardo Mansur apresentou o status dos avanços internos, relativo à plataforma georreferenciada e ao Portal da Transparência, com uso de arquivo em PPT. Contextualizou sobre o Portal do Monitoramento Hídrico. Apresentou cronograma de execução e considerou que no final de setembro fariam a entrega da plataforma e do Portal da Transparência. Rafael perguntou se a equipe já estava trabalhando no tratamento dos dados que alimentariam a plataforma e se poderiam exemplificar a profundidade das informações que seriam disponibilizadas. Em resposta, Leonardo disse que esses passos seriam dados no mês de junho. Rafael questionou se chegariam num nível de detalhamento das informações em que pudessem verificar, por exemplo, os fornecedores contratados. Leonardo explicou que qualquer devolutiva ao questionamento seria prematura no momento. Milena indagou se no cronograma apresentado estava incluso o atendimento na íntegra dos itens elencados na NT nº 25. Leonardo expôs que constava no cronograma a disponibilização interna da NT, para que as áreas respondessem quanto à capacidade e o tempo de resposta aos itens; que também submeteriam às instâncias superiores, para análise quanto à pertinência do atendimento aos itens; que esse seria o grande avanço de junho; que tinham a expectativa de uma decisão final dos itens que seriam atendidos ou não em julho. João partilhou que a CT recebeu nove relatórios sobre os Planos Territoriais, através da governança. Evidenciou que a CT estava realizando uma análise desses documentos, mas adiantou que as informações contidas nos documentos estavam muito superficiais. Sobre o encaminhamento **E-5RE.1- Apresentar os indicadores do PG 35** Lara partilhou que foi realizado um trabalho aprofundado em relação aos Indicadores, além das oficinas e do documento entregue pela empresa MOVE, tendo em vista que os Indicadores foram avaliados como insuficientes. Guilherme Silveira apresentou em PPT a proposta dos Indicadores do PG 35 para avaliação da CT, dentre eles: média móvel mensal ao inventário e repositório, avaliação da qualidade do conjunto de conteúdos disponibilizados no inventário e repositório, avaliação de

<p>Discussão</p>	<p>usabilidade do inventário e repositório, avaliação da qualidade do conteúdo disponibilizado nos CITs, avaliação de satisfação com as unidades dos CITs/<i>Net Promoter Score</i>(NPS), percentual de capilaridade das ações de descentralização e itinerância e avaliação do conteúdo das ações de descentralização e itinerância. Iara partilhou que o documento apresentado e as fichas dos indicadores serão encaminhados à CT. A Prof.^a Marta contribuiu exemplificando a perspectiva quantitativa e qualitativa dos Indicadores apresentados pela FR. Daniel Perini e Mayume Osada realizaram a apresentação da mobilização junto ao PG05 - Proteção Social e PG14 – Saúde (item extra-pauta), destacando o processo de formação dos Comitês Municipais de Avaliação do Programa de Proteção Social – COMAPPS, na perspectiva do diálogo e da participação social. Mayume contextualizou brevemente sobre a formação do comitê e do plano de reparação. Evidenciou que o Comitê objetiva acompanhar a execução das ações previstas no plano de reparação, compartilhando informações sobre as ações de reparação em proteção social para as comunidades atingidas, contando com uma representação tripartite: Poder Público, FR e Comissão de Atingidos. Daniel partilhou sobre o trabalho de mobilização e sobre o zelo pela transparência das ações de proteção social nos municípios. Mayume expôs sobre a experiência vivenciada no município de Linhares quanto ao planejamento, a mobilização e a reunião comunitária. Daniel contextualizou sobre o papel do diálogo no processo de escolha para a composição do COMAPPS. Luciana compartilhou sua experiência na reunião da formação do Comitê de Linhares. Expôs que o programa de vulnerabilidade social chegou com decisões tomadas unilateralmente e o seu descontentamento quanto à quantidade de reuniões ordinárias que deverão ser feitas. Mayume partilhou que a Secretaria de Assistência Social de Linhares cuida de todo o processo e gerencia os recursos do plano de reparação. Luciana expôs a sua compreensão sobre as questões de responsabilidade da municipalidade e salientou que alguns pontos precisavam ser retomados pelo Comitê para maior transparência do processo. Tendo em vista a experiência evidenciada por Luciana, João Paste sugeriu que a FR reveja a frequência das reuniões, levando em consideração as articulações nas ações de participação. Daniel disse que o PG 05 estava atento a isso. O encaminhamento E-46.1 não foi apresentado, tendo em vista o horário. Sobre o encaminhamento E-46.5- Dar retorno à CT-PDCS quanto aos custos incluídos no orçamento referentes à Casa do Jardim e quanto à divergência de valores apresentadas nos documentos enviados à CT, o documento BOE foi encaminhado para análise da CT. João Paste sugeriu o agendamento de reunião extraordinária para discussão do Regulamento do CIT, a apresentação do encaminhamento E-46.1 pela FR e a definição do PG 36, incluindo os indicadores e o critério de encerramento do programa.</p>
<p>Encaminhamento</p>	<p>E-47.1- Apresentação de proposta de adequação dos CIAS de Mariana e GV como espaço fixo temporário do CIT. Responsável: FR. Prazo: próxima RO.</p>
<p>Encaminhamento</p>	<p>E-47.2- Apresentação de cronograma e da metodologia do processo de escuta aos atingidos para os registros de suas histórias e memórias. Responsável: FR. Prazo: próxima RO.</p>
<p>Encaminhamento</p>	<p>E-47.3- Apresentação do processo de funcionamento do fluxo ágil. Responsável: FR. Prazo: próxima RO.</p>
<p>Encaminhamento</p>	<p>E-47.4- Apresentação das atualizações das tratativas internas e do cronograma detalhado referente à Plataforma Georreferenciada, o Portal da Transparência e o Portal de Monitoramento Hídrico. Responsável: FR. Prazo: próxima RO.</p>
<p>Encaminhamento</p>	<p>E-47.5- Agendar reunião extraordinária dia 11/06/2021, 14h. Pauta: Regulamento do CIT, Apresentação do encaminhamento E.46.1 e definição do PG 36. Responsável: Secretariado. Prazo: imediato.</p>
<p>Encaminhamento</p>	<p>E-47.6- Apresentação dos indicadores do PG 06. Responsável:FR. Prazo: próxima RO.</p>

O coordenador interino João Paste agradeceu a presença de todos. **A 47ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Participação, Diálogo e Controle Social** encerrou-se às dezoito horas e cinquenta minutos.